

## **ENCONTRO CARIOCA DE JOVENS LGBT E SAÚDE: UM ESPAÇO DE PRÁTICA EDUCACIONAL DE SAÚDE E CIDADANIA**

Zikan, Fernando Eduardo; Silva, Louise Mara da; Vianna, Tânia Carluccio; Oliveira, Diego Willer Ribeiro

Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro

A necessidade de uma política de saúde para a população LGBT já fora evidenciada e formalizada em 2004, quando da elaboração e apresentação, com ampla participação da sociedade civil, do *Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual* - Conselho Nacional de Combate à Discriminação - (Brasil, 2004). Esse programa do Governo Federal situa no âmago das políticas públicas para a população em questão o combate ao preconceito e às intolerâncias, que têm como consequência iniquidades e falta de garantia de direitos fundamentais a Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ainda ao que concerne ao setor saúde, instituiu-se em 2004 o Comitê Técnico Saúde da População LGTB no âmbito do Ministério da Saúde, através da Portaria 2.227/GM - D.O.U. 14/11/2004 (Brasil, 2004). A principal atribuição desse comitê foi justamente sistematizar proposta de política nacional da saúde da população LGBT, com vista a garantir a equidade na atenção à saúde também para esses segmentos populacionais.

Tomando como parâmetro a perspectiva ampliada da saúde, tal como preconizada como direito de cidadania pela Constituição de 1988, a atenção à saúde da população LGBT não deve ser considerada apenas do ponto de vista da epidemiologia. Sobretudo, diante da escassez dos dados de pesquisas em saúde dessa população, devem ser consideradas as condições e representações sociais associadas à população LGBT, compreendendo que os agravos à saúde desses segmentos populacionais estão, em grande parte, determinados socialmente. Com isso queremos enfatizar que as necessidades em saúde, bem como os desafios que se colocam para a qualificação da atenção a essa população, dizem respeito não necessariamente a características intrínsecas a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, mas tão somente às consequências das representações e significações que recaem sobre suas práticas sexuais e modos de vida, enquanto desviantes em relação a um suposto padrão de normalidade ou 'saúde' implicado na heteronormatividade moralmente vigente. (Lionço,2008).

A Política Nacional de Ação Integral à Saúde da População LGBT, recém aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, assim como a Política Nacional de Promoção da Saúde e o Plano Nacional Brasil sem Homofobia, da Presidência da República prevêm a realização de ações voltadas para a capacitação dos servidores do setor saúde no acolhimento e atenção humanizada à população LGBT. O Plano Municipal de Saúde do Rio de Janeiro em seu eixo prioritário 1 (Promoção da Qualidade de vida e redução de vulnerabilidades e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes), na diretriz 3 (Reorientar o cuidado á saúde com centralidade no usuário, sua família e comunidade) possui uma meta que visa promover a defesa do direito humano ao livre exercício da

orientação sexual e identidade, estabelecendo e ampliando progressivamente parcerias para a formação de ativistas e multiplicadores em temas da promoção da saúde e qualidade de vida, auto-estima e cidadania da população LGBT.

O número de jovens homo e bissexuais masculinos com HIV no país aumentou 70,5% em uma década, revelou o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde. Em 1996, homossexuais e bissexuais masculinos representavam 24,1% do total de casos da doença entre 13 e 24 anos. Em 2006, a proporção saltou para 41,1% dos casos na mesma faixa etária. Dos infectados por HIV, na faixa etária entre 13 e 19 anos, os gays, os HSH e os travestis correspondiam a 18% dessa população em 1999 e 40% em 2005.

Em consonância com a Política Nacional de Promoção da Saúde e o Programa Mais Saúde (Ministério da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro) que, respectivamente, propõe: I- Incorporar e implementar ações de promoção da saúde, com ênfase na atenção básica; II - Ampliar a autonomia e a co-responsabilidade de sujeitos e coletividades, inclusive o poder público, no cuidado integral à saúde e minimizar e/ou extinguir as desigualdades de toda e qualquer ordem (étnica, racial, social, regional, de gênero, de orientação/opção sexual, entre outras);...”; o “Programa Mais Saúde (2009-2012), no Eixo 1 – Promoção da Saúde, e na Medida 1.11 - Promover ações de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com cultura e saúde (para grupos populacionais de LGBT, ciganos, profissionais do sexo, população em situação de rua, entre outros)”, a Superintendência de Promoção da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, atenta e em sintonia com a Política Nacional de Ação Integral à Saúde da População LGBT, realiza atividades com as entidades civis e Ong's visando a melhoria da saúde desta população vulnerável através do empoderamento e da promoção da saúde deste grupo.

Um das iniciativas foi a criação do Encontro Carioca de Jovens LGBT realizado em novembro de 2009, com a participação do Grupo Arco-Íris e a ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS). O encontro é feito por jovens e para os jovens entre 14 e 29 anos e seu objetivo é construir um espaço para a nova militância LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), através do debate sobre os novos rumos do Movimento LGBT e de como assumir a tarefa de construir uma rede carioca de articulação. Durante o 1º Encontro Carioca de Jovens LGBT ocorreram rodas de conversas sobre o empoderamento da juventude, dinâmicas de trocas de experiências, atividades culturais, oficinas de arte e grupos de trabalho sobre os diversos temas que transpassam as demandas LGBT. A juventude carioca formada por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) há tempos busca seu espaço. Novos militantes aparecem e novos grupos surgem. Hoje, se faz importante agregar outros jovens, com novos ideais, força e objetivos. Contamos com a participação de [tod@s](#) @s jovens que se demonstraram [interessad@s](#) em contribuir com esse processo.

O objetivo foi proporcionar um encontro entre profissionais e gestores de saúde com jovens LGBT da cidade para conhecer, planejar, refletir e atuar na construção de ações e políticas públicas voltadas para esta população vulnerável e carente de ações específicas do setor saúde. Este encontro contou com a participação de aproximadamente 80 jovens que durante dois dias de atividade realizaram oficinas de saúde, discussões sobre mercado

de trabalho, educação de jovens e cultura LGBT (através de oficinas de customização de roupas e produção de um desfile de moda) além de outras atividades.

Conseguimos ao final do encontro resultados que visem pensar ações que auxiliem no processo de combate a homofobia, debater e propor políticas públicas municipais para a juventude LGBT. Incluímos no calendário da SMSDC o encontro anual bem como, no Plano Municipal de Saúde 2009-2013 em seu eixo prioritário 1 (Promoção da Qualidade de Vida e redução de vulnerabilidades e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes), uma meta que visa promover a defesa do direito humano ao livre exercício da orientação sexual e identidade, estabelecendo e ampliando progressivamente, parcerias para a formação de multiplicadores em temas de promoção da saúde e qualidade de vida, auto-estima e cidadania da população LGBT. Como planejamento para o ano de 2010 ficou acordado a realização do II Encontro Carioca de Jovens LGBT, oficinas regionais de Saúde da População LGBT para profissionais de 03 áreas programáticas do município do Rio de Janeiro, ampliação da Mostra de Cinema Itinerante de Vídeos LGBT em cinco unidades de saúde, dentre outras atividades acordadas com o movimento social.

Orientação sexual e identidade de gênero, no entanto, acabam por, na maior parte das vezes, figurar como conceitos sem definição, e, conseqüentemente, sem a indicação de encaminhamentos pertinentes à especificação da realidade de vida e saúde da população GLBT. É nesse sentido que ações específicas se fazem necessárias: para informar e formar conhecimento quanto a estratégias necessárias de ação em saúde, diante da especificidade das vivências de GLBT, qualificando ações e provocando transversalmente diversas áreas técnicas, objetivando a integralidade e a equidade de direitos e ações.

---